

# DECRETO Nº 7.721 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999

(Publicado no Diário Oficial de 18 e 19/12/1999)

Alterado pelo Decreto nº 14.209/12 e prorrogado até 31/12/2020.

Ver o art. 4º do Decreto nº 10.543/07, que prorroga para 31/12/15 o prazo de vigência deste Decreto.

Ver o art. 10 do Decreto nº 14.209/12, que prorroga para 31/12/2020 o prazo de vigência deste Decreto.

Ver o inciso II do art. 4º do Decreto nº 20.137/20, do DOE de 08/12/20, que prorroga até 31/12/22 o prazo de vigência dos incentivos previstos neste decreto.

Ver Decreto nº 21.777/22, que prorroga até 31/12/2024 o prazo de vigência dos incentivos aos fabricantes de luvas de borracha natural.

Ver Decreto nº 23.249/24, que prorroga até 31/12/2026 o prazo de vigência dos incentivos aos fabricantes de luvas de borracha natural.

**Estabelece tratamento tributário aplicável a látices de borracha natural e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## DECRETA

**Art. 1º** Ficam diferidos o lançamento e o pagamento do ICMS incidente nas operações com as mercadorias indicadas no Anexo Único que integra este Decreto, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização, nas seguintes hipóteses:

**I** - nas entradas oriundas do exterior, para fabricação de luvas, em estabelecimentos onde seja exercida a atividade de fabricação de artefatos de borracha;

**Nota:** A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pelo Decreto nº 14.209, de 14/11/12, DOE de 15/11/12, efeitos a partir de 15/11/12.

**Redação originária, efeitos até 14/11/12:**

*“I - nas entradas oriundas do exterior, para fabricação de luvas, em estabelecimentos onde seja exercida a atividade enquadrada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-FISCAL) sob o código 2519-4/00.”*

**II** - nas operações internas realizadas por estabelecimento beneficiador das referidas mercadorias, destinadas a estabelecimentos onde seja exercida a atividade mencionada no inciso anterior.

**Art. 1º-A.** Fica diferido o lançamento e o pagamento do ICMS incidente nas aquisições em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo de estabelecimentos onde seja exercida a atividade descrita no art. 1º deste Decreto, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.

**Nota:** A art. 1º-A foi acrescentado pelo Decreto nº 14.209, de 14/11/12, DOE de 15/11/12, efeitos a partir de 15/11/12.

**Parágrafo único.** É dispensado o lançamento do imposto diferido se a desincorporação ocorrer após 02 (dois) anos de seu uso no estabelecimento.

**Art. 2º** Nas saídas de luvas de estabelecimento fabricante, em opção ao uso dos créditos relativos ao imposto incidente em operações ou prestações anteriores a elas vinculadas, o contribuinte poderá utilizar como crédito fiscal o valor equivalente a 70% (setenta por cento) do valor do ICMS incidente nas saídas, quando naqueles produtos forem aplicadas as mercadorias

recebidas com o tratamento tributário previsto no artigo anterior.

**Art. 3º** Este Decreto vigorará até 31 de dezembro de 2020.

**Nota:** Ver o inciso II do art. 4º do Dec. 21.777/22, de 14/12/22, DOE de 15/12/22, que prorroga até 31/12/2024 o prazo de vigência dos incentivos previstos neste decreto.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 17 de dezembro de 1999.

**CÉSAR BORGES**  
Governador

Albérico Machado Mascarenhas  
Secretário da Fazenda

Sérgio Ferreira  
Secretário de Governo

### ANEXO ÚNICO

CÓDIGO NBM/SH	DESCRIÇÃO
4001	Borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras
4001.10.00	Látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado
4001.2	Borracha natural em outras formas
4001.21.00	Folhas fumadas
4001.22.00	Borracha natural tecnicamente especificada (TSNR)
4001.29	Outras
4001.29.10	Crepadas
4001.29.20	Granuladas ou prensadas
4001.29.90	Outras
4002	Látex
<b>Nota:</b> A NCM “4002” foi acrescentada ao Anexo único pelo Decreto nº 14.209, de 14/11/12, DOE de 15/11/12, efeitos a partir de 15/11/12.	
5601	Fibra têxtil de algodão
<b>Nota:</b> A NCM “5601” foi acrescentada ao Anexo único pelo Decreto nº 14.209, de 14/11/12, DOE de 15/11/12, efeitos a partir de 15/11/12.	